

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

A

Prefeitura Municipal de Arapiraca – Alagoas
Processo Administrativo Nº 28651/2023
Pregão Eletrônico nº 066/2023 - PMA

Objeto: É o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para locação de veículos com motoristas devidamente habilitados, para realização de serviços inerentes aos diversos Órgãos/Secretarias que compõem o sistema organizacional da Prefeitura Municipal de Arapiraca - Alagoas.

Ilustríssima Sr.^a Pregoeira

A empresa KM Locadora e Logísticas LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.660.698/0001 - 77, sob a inscrição estadual nº 24.051.546 - 3, estabelecida na rua Dom Pedro II, Nº 202 - 1º Andar, bairro São Luiz - Arapiraca/AL, por intermédio de sua representante legal, a Sra. Katia dos Anjos Costa, portador da Carteira de Identidade nº 3.423.482 - 9 SSP/SE e do CPF nº 924.386.014 - 34, vem respeitosamente apresentar CONTRA RAZÕES em face de recurso administrativo apresentado por JR EMPREENDIMENTOS LTDA.

DOS FATOS

Ocorre que em 11 de janeiro de 2024 às 09h00min foi realizada pela Prefeitura Municipal de Arapiraca/AL, voltada à contratação de empresa locação de veículos com motoristas devidamente habilitados, para realização de serviços inerentes aos diversos Órgãos/Secretarias.

Ocorre que a recorrida foi declarada na data de 31/01/2024 vencedora dos itens 11, 19, 20, 22, 25 e 26 do processo eletrônico de nº 66/2023 realizado pela Prefeitura Municipal de Arapiraca/AL.

Ocorre que após abertura de prazo para intenção de recurso a empresa JR EMPREENDIMENTOS LTDA, registrou na data de 31/01/2024 seu pedido de recurso contra sua inabilitação em alguns dos itens descritos acima, pelo seguinte motivo:

A Comissão de Licitação, inabilitou sob o argumento de que a Recorrente não cumpriu o disposto na cláusula editalícia 20.6. Confira-se:

“a empresa não possui em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação.”

É o brevírio fático.

DO DIREITO

Consta no objeto da licitação a seguinte disposição:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objetivo o Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para locação de veículos com motoristas devidamente habilitados, para realização de serviços inerentes aos diversos Órgãos/Secretarias que compõem o sistema organizacional da Prefeitura Municipal de Arapiraca, cujas especificações, quantitativos e condições gerais encontram-se detalhados no Termo de Referência (ANEXO I)

em seu OBJETO SOCIAL a recorrente possui as seguintes atividades econômicas:

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade passa a ter por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores; Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração; Serviços de usinagem, tornearia e solda; Serviços de reboque de veículos; Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; Locação de automóveis sem condutor; Serviços de borracharia para veículos automotores; Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana.

Observa-se que a atividade econômica do Recorrente que mais se assemelha ao objeto da licitação não permite a

contratação de motoristas atrelados ao veículo.

Resta claro que o ramo de atividade da recorrida não engloba a atividade de locação de veículos com motoristas devidamente habilitados,

De fato, aparentemente não há incompatibilidade entre o objeto da licitação e o constante no contrato social do recorrente.

Contudo em análise mais acurada tem-se que a atividade registrada pelo Recorrente, não contempla o profissional qualificado para execução do serviço., qual seja, O MOTORISTA!!!

E isto Ilustre julgadora reflete inclusive no recolhimento de tributos da licitante, o que repercute em seu custo operacional, e mais, para fins de capacidade técnica a Recorrente, fica aquém do exigido por lei.

Neste sentido temos o entendimento do Tribunal de contas da União:

Nesse sentido, assim já entendeu o Tribunal de Contas da União: Para fins de habilitação jurídica, faz-se necessária a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes. Para habilitação técnica, os atestados apresentados devem não apenas demonstrar uma situação de fato, mas, necessariamente, uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato social. Representação formulada por sociedade empresária apontara possíveis irregularidades em pregão eletrônico para registro de preços promovido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), destinado à contratação de serviços especializados para digitalização do acervo documental da entidade, entre outros. A controvérsia principal residiu na habilitação da vencedora do certame, que apresentara atestados de capacidade técnica com incoerência entre as datas de realização dos serviços mencionados nos documentos e a data em que a empresa registrou em seu contrato social o exercício de atividades correspondentes aos serviços licitados. O relator destacou que a Lei das Licitações exige o contrato social, devidamente registrado, entre os documentos necessários para evidenciar a habilitação jurídica dos licitantes, visando "justamente à comprovação de que a licitante tem a atividade comercial compatível com o objeto licitado". Aos olhos do relator, o "objeto social da empresa delineado no contrato social devidamente registrado comprova não apenas o exercício da atividade empresarial requerida na licitação, mas também que a empresa o faz de forma regular. E nesse ponto ressalto que a Administração deve sempre prestigiar a legalidade. Não basta que a licitante detenha a capacidade comercial de fato, faz-se necessário que ela esteja em conformidade com a lei". Nesse aspecto, assinalou que o Código Civil obriga o registro dos atos constitutivos da sociedade empresarial, com seus fins ou objeto, e, como decorrência lógica, "se a empresa decidir mudar de atividade empresarial, possui o dever legal de promover a alteração de seu objeto social e do respectivo registro antes de iniciar a prática dessas novas atividades".

Dessa forma, "ao exercer atividades em desconformidade com seu objeto social, devidamente registrado, a empresa também está agindo de forma contrária à lei, expondo a riscos todos os atores que com ela se relacionam", em decorrência da possibilidade "de contratação de quem não é do ramo" e "de a empresa vir a se eximir da responsabilidade pelos atos praticados por seu gerente". Voltando a atenção ao caso concreto, o relator reconheceu que, à época da contratação, a empresa já havia alterado o seu contrato social para incluir as atividades pertinentes ao certame. Contudo, os atestados apresentados no pregão diziam respeito à execução de serviços em época anterior à sobredita alteração, motivo pelo qual refletiam uma situação fática em desconformidade com a lei e com o contrato social. Portanto, não poderiam "ser considerados válidos para fins de comprovação perante a Administração". Assim, tendo em vista que o pregoeiro já havia sido alertado da ocorrência, mas considerando também a lacuna jurisprudencial sobre o assunto, o relator entendeu que não seria o caso de promover a audiência do agente público por ter acolhido os atestados irregulares. O Tribunal, seguindo a proposta do relator, julgou procedente a Representação e determinou à entidade o cancelamento da ata de registro de preço e que se abstinhasse de prorrogar o contrato celebrado com a empresa ganhadora da licitação. Acórdão 642/2014-Plenário, TC 015.048/2013-6, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 19.3.2014. (grifos nossos)

Ademais a Lei n. 8.666/1993 é clara ao exigir o contrato social da empresa para fins de habilitação jurídica, nos termos do artigo 28, inciso III:

- Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

[...]

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Além disso, exige, para fins de comprovação de regularidade fiscal (art. 29, inciso II), a prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

O próprio edital no item 19.1.2.2 dispõe que a comprovação da regularidade fiscal será aferida mediante a prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual e/ou municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Cumpra ressaltar a diversidade e complexidade da licitação do Pregão em epígrafe, que exige além do veículo com especificações técnicas adequadas ao serviço, mas também profissional habilitado para executar o serviço.

A exigência de condutores nos veículos revela um aperfeiçoamento técnico da licitante muito além da mera entrega do veículo para uso pelo ente contratante.

Em resumo, a exigência de veículo + motorista É O DIVISOR DE ÁGUAS entre a Recorrente e a Recorrida.

Para melhor esclarecer o objeto social da Recorrente que mais se assemelha ao objeto da licitação seria o indicado no CNAE:

CNAE 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor

Ocorre que a licitação EXIGE, a Mão de obra qualificada de um motorista profissional vinculado ao veículo!!!

Trata -se nesse caso de outro tipo de atividade qual seja:

CNAE 4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista.

DO ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA APRESENTADO PELA RECORRENTE

Ilustre Pregoeira, já não bastasse a incompatibilidades de atividades o Recorrente lançou mão de um atestado que no mínimo deve ser questionado por sua precariedade nas informações acostadas.

Mas ainda que seja recebido e acolhido no certame o mesmo não CONTEMPLA a atividade locação de veículo com motorista.

Seria até certo ponto uma conduta omissiva do agente público permitir a contratação de uma empresa que além de não possui atividade compatível, ainda apresenta atestado de capacidade técnica divergente do exigido em edital.

DOS PEDIDOS

Mediante o exposto requer desta Douta Pregoeira que:

- 1 - Receba a presente contrarrazões tempestivamente apresentadas, e ao final mantenha a decisão pioneira, que julgo inabilitada a empresa JR EMPREENDIMENTOS LTDA;
- 2 - Que mantenha a empresa KM LOCADORA como arrematante dos lotes, e ao final possa adjudica-los;

Arapiraca/AL, 06 de fevereiro de 2024

Katia dos Anjos Costa
Administradora
CPF nº 924.386.014 – 34
RG nº 3.423.482 - 9 SSP/SE

Voltar